



DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021.

Aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.980, de 21 de agosto de 2019, que aprova o Programa Estadual de Triagem Auditiva Neonatal e Saúde Auditiva na Infância, no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais, e dá outras providências.

A Comissão Intergestores Bipartite do Sistema Único de Saúde do Estado de Minas Gerais - CIB-SUS/MG, no uso de suas atribuições que lhe conferem o art. 14-A da Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, e o art. 32 do Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011 e considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes;
- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;
- a Lei Complementar nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;
- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei no 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências;
- a Lei Federal 12.303, de 02 de agosto de 2010, que dispõe sobre a obrigatoriedade de realização do exame denominado Emissões Otoacústicas Evocadas;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- a Lei Estadual nº 14.312, de 19 de junho de 2002, que dispõe sobre a realização, nos hospitais da rede pública e privada estadual, do exame de emissões evocadas otoacústicas e dá outras providências;
- a Lei Estadual nº 16.280, de 20 de julho de 2006, que institui a política estadual de saúde auditiva;
- o Decreto NE nº 113, de 12 de março de 2020, que declara situação de emergência em Saúde Pública no Estado em razão de surto de doença respiratória 1.5.1.1.0 Coronavírus e dispõe sobre as medidas para seu enfrentamento, previstas na Lei Federal nº 13.979, de 6 de fevereiro de 2020;
- o Decreto Estadual nº 47.886, de 15 de março de 2020, que dispõe sobre medidas de prevenção ao contágio e de enfrentamento e contingenciamento, no âmbito do Poder Executivo, da epidemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente Coronavírus (COVID-19), institui o Comitê Gestor do Plano de Prevenção e Contingenciamento em Saúde do COVID-19 Comitê Extraordinário COVID-19 e dá outras providências;
- o Decreto Estadual nº 47.891, de 20 de março de 2020, que reconhece o estado de calamidade pública decorrente da pandemia causada pelo agente Coronavírus (COVID-19);
- o Decreto Estadual nº 48.102, de 29 de dezembro de 2020, que prorroga o prazo de vigência do estado de calamidade pública de que trata o art. 1º do Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, no âmbito de todo o território do Estado;
- o Decreto Estadual nº 48.205, de 15 de junho de 2021, que prorroga o prazo de vigência do estado de calamidade pública de que trata o art. 1º do Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, no âmbito de todo o território do Estado;
- a Portaria GM/MS nº 258, de 18 de fevereiro de 2019, que estabelece recurso do Bloco de Custeio das Ações e Serviços Públicos de Saúde a ser incorporado ao Grupo de Atenção de Média e Alta Complexidade Ambulatorial e Hospitalar - MAC do Estado de Minas Gerais;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 384, de 18 de outubro de 2007, que aprova o Programa Estadual de Triagem Auditiva Neonatal, nos termos da minuta de Resolução SES;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.272, de 24 de outubro de 2012, que institui a Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência no SUS-MG;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 1.404, de 19 de março de 2013, que institui o Programa de Intervenção Precoce Avançado – PIPA;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.003, de 09 de dezembro de 2014, que institui as atribuições e diretrizes de funcionamento das Juntas Reguladoras da Rede de Cuidados da Pessoa com Deficiência do SUS-MG e dá outras providências;



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.980, de 21 de agosto de 2019, que aprova o Programa Estadual de Triagem Auditiva Neonatal e Saúde Auditiva na Infância, no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais;
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.247, de 21 de outubro de 2020, que altera a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.149, de 16 de abril de 2020, que aprova, em caráter excepcional e provisório as normas de repasse, acompanhamento, controle e avaliação do incentivo de custeio dos Programas e Serviços Estaduais que menciona, no âmbito do SUS/MG, diante das medidas adotadas para prevenção da pandemia de doença infecciosa viral respiratória causada pelo agente coronavírus (COVID-19);
- a Deliberação CIB-SUS/MG nº 3.477, de 21 de julho de 2021, que aprova a atualização do Plano de Ação da Rede de Cuidados à Pessoa com Deficiência do SUS-MG;
- a Resolução SES/MG nº 1.669, de 19 de novembro de 2008, que aprova o fluxo de inclusão na Rede Estadual de Saúde Auditiva de Minas Gerais e define atribuições do Fonoaudiólogo Descentralizado, da Junta de Saúde Auditiva Microrregional e da Junta Reguladora de Saúde Auditiva;
- a Resolução SES/MG nº 1.321, de 18 de outubro de 2007, que institui o Programa Estadual de Triagem Auditiva Neonatal, define critérios, normas operacionais e procedimentos para a prestação de serviços de Triagem Auditiva Neonatal;
- a Resolução CES/MG nº 072, de 14 de dezembro de 2020, que dispõe sobre a aprovação do Plano Estadual de Saúde de Minas Gerais para o quadriênio 2020-2023 (PES), durante a 556ª Reunião Ordinária do CES-MG, realizada no dia 14 de dezembro de 2020;
- a publicação “Saúde Auditiva no Ambiente Escolar” da Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais, Secretaria de Estado de Educação de Minas Gerais, Conselho Regional de Fonoaudiologia 6ª Região, Universidade Federal de Minas Gerais, Pontifícia Universidade Católica de Minas Gerais e Universidade Clermont-Auvergne, de 2018;
- a necessidade de padronizar na SES-MG o máximo de comandos de pagamentos realizados para os prestadores de assistência à saúde e secretarias municipais de saúde, cumprindo com os recursos orçamentários dentro do ano corrente; e
- a aprovação da CIB-SUS/MG em sua 280ª Reunião Ordinária, ocorrida em 17 de novembro de 2021.

DELIBERA:

Art. 1º - Fica aprovada a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.980, de 21 de agosto de 2019, nos termos do Anexo Único desta Deliberação.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

Art. 2º – Esta Deliberação entra em vigor na data de sua publicação.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2021.

**FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE E
COORDENADOR DA CIB-SUS/MG**

MINUTA CIB

**ANEXO ÚNICO DA DELIBERAÇÃO CIB-SUS/MG Nº , DE 17 DE NOVEMBRO DE
2021 (disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br).**



RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021.

Altera a Resolução SES/MG nº 6.814, de 21 de agosto de 2019, que institui o Programa Estadual de Triagem Auditiva Neonatal e Saúde Auditiva na Infância, no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais, e dá outras providências.

O SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE, no uso de suas atribuições legais que lhe confere o art. 93, § 1º, da Constituição Estadual, e os incisos I e II, do artigo 46, da Lei Estadual nº 23.304, de 30 de maio de 2019 e, considerando:

- a Lei Federal nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, que dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências;

- a Lei Federal nº 8.142, de 28 de dezembro de 1990, que dispõe sobre a participação da comunidade na gestão do Sistema Único de Saúde/SUS e sobre as transferências intergovernamentais de recursos financeiros na área da saúde;

- a Lei Complementar Federal nº 141, de 13 de janeiro de 2012, que regulamenta o § 3º do art. 198 da Constituição Federal para dispor sobre os valores mínimos a serem aplicados anualmente pela União, Estados, Distrito Federal e Municípios em ações e serviços públicos de saúde; estabelece os critérios de rateio dos recursos de transferências para a saúde e as normas de fiscalização, avaliação e controle das despesas com saúde nas 3 (três) esferas de governo; revoga dispositivos das Leis nos 8.080, de 19 de setembro de 1990, e 8.689, de 27 de julho de 1993; e dá outras providências;

- o Decreto Federal nº 7.508, de 28 de junho de 2011, que regulamenta a Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990, para dispor sobre a organização do Sistema Único de Saúde - SUS, o planejamento da saúde, a assistência à saúde e a articulação interfederativa, e dá outras providências; e

- a Deliberação CIB-SUS/MG nº , de 17 de novembro de 2021, que aprova a alteração do Anexo Único da Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.980, de 21 de agosto de 2019, que aprova o Programa Estadual de Triagem Auditiva Neonatal e Saúde Auditiva na Infância, no âmbito do Sistema Único de Saúde de Minas Gerais.



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

RESOLVE:

Art. 1º – Alterar o caput do artigo 8º, da Resolução SES/MG nº 6.814, de 21 de agosto de 2019, que passa a vigorar com a seguinte redação:

“Art. 8º – As maternidades contratadas como SRTAN, conforme disposto na Resolução SES/MG nº 1.321, de 18 de outubro de 2007, terão até 31 de dezembro de 2021 para se adequarem ao disposto nesta Resolução.” (nr)

[...]

Art. 2º - Alterar o Anexo V da Resolução SES/MG nº 6.814, de 21 de agosto de 2019, nos termos disposto no Anexo Único desta Resolução.

Art. 3º – Fica estabelecido o período de transição do Programa Estadual de Triagem Auditiva Neonatal e Saúde Auditiva na Infância – PETAN, de 21 de agosto de 2019 a 31 de outubro de 2021.

§ 1º – O período de transição de que trata o *caput* deste artigo foi fixado em virtude da vigência do estado de calamidade pública de que trata o Decreto nº 47.891, de 20 de março de 2020, o que dificultou a conclusão das providências necessárias para a implantação do novo regramento da política.

§ 2º – No período mencionado no *caput* deste artigo, para os beneficiários que já estavam credenciados para executar as ações e serviços de saúde, no âmbito do PETAN, durante a vigência da Resolução SES/MG n.º 1.321, de 18 de outubro de 2007, a SES-MG realizou o repasse dos pagamentos dos procedimentos pactuados, com financiamento exclusivo estadual, repassando aos beneficiários já credenciados pela Deliberação CIB-SUS/MG nº 2.980, de 21 de agosto de 2019, o valor deduzido referente à cota de financiamento federal.

§ 3º – Os instrumentos de repasse assinados durante o período de transição pelos beneficiários serão rescindidos para adesão ao regramento da Resolução SES/MG nº 6.814, de 21 de agosto de 2019.

§ 4º – Permanecem vigentes os instrumentos de repasse assinados durante o período de transição por novos prestadores no âmbito do PETAN, observado o disposto no instrumento específico.

§ 5º – Os beneficiários que se enquadrarem à hipótese prevista no § 3º deste artigo terão 10 (dez) dias para assinar o novo instrumento jurídico, a contar da data da disponibilização do termo para assinatura, sob pena de serem excluídos do PETAN.



**GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE**

Art. 4º - Esta Resolução entra em vigor na data de sua publicação, com efeitos financeiros a partir de novembro de 2021.

Belo Horizonte, 17 de novembro de 2021.

FÁBIO BACCHERETTI VITOR
SECRETÁRIO DE ESTADO DE SAÚDE

MINUTA CIB

ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 17 DE NOVEMBRO DE 2021
(disponível no sítio eletrônico www.saude.mg.gov.br).



**ANEXO ÚNICO DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº , DE 17 DE NOVEMBRO DE
2021**

“ANEXO V DA RESOLUÇÃO SES/MG Nº 6.814, DE 21 DE AGOSTO DE 2019.” (nr)

**FINANCIAMENTO ESTADUAL PARA INCENTIVO FINANCEIRO COMPLEMENTAR
E DIAGNÓSTICO AUDIOLÓGICO INFANTIL**

**1 - DESCRIÇÃO DO FINANCIAMENTO ESTADUAL PARA INCENTIVO FINANCEIRO
COMPLEMENTAR.**

Quantitativo anual de triagens auditivas neonatais pactuadas em Minas Gerais	179.936
Valor unitário do incentivo financeiro complementar	R\$16,00
Valor orçamentário anual total para incentivo financeiro complementar	R\$2.878.976,00

1.1.Fará jus ao incentivo financeiro complementar as instituições credenciadas pela Secretaria de Estado de Saúde de Minas Gerais com contrato formalizado e que comprovarem a capacidade de execução do exame de Potencial Evocado Auditivo de Tronco Encefálico automático, bem como a posse de equipamento específico.

**2 - PROCEDIMENTOS, METAS FÍSICAS E FINANCEIRAS PARA CUSTEIO DO
DIAGNÓSTICO AUDIOLÓGICO INFANTIL NA REGIÃO DE SAÚDE BELO
HORIZONTE/NOVA LIMA/CAETÉ.**

Procedimento	Meta Física Anual	Valor do Procedimento	Meta Financeira Anual
02.11.07.026-2 - Potencial Evocado Auditivo de Curta, Média e Longa Latência	1440	R\$46,88	R\$67.507,20
02.11.07.015-7 - Estudo de Emissões Otoacústicas Evocadas transitórias e Produto de Distorção/EOA	1440	R\$46,88	R\$67.507,20
02.11.07.020-3 - Imitanciometria	1440	R\$23,00	R\$33.120,00
02.11.07.005-0 - Avaliação Auditiva Comportamental	1440	R\$18,00	R\$25.920,00
03.01.01.004-8 - Consulta de profissionais de nível superior na atenção especializada exceto médico. (Consulta com profissional fonoaudiólogo)	1440	R\$6,00	R\$8.640,00



GOVERNO DO ESTADO DE MINAS GERAIS
SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE

03.01.01.007-2 - Consulta médica em atenção especializada. (Consulta com otorrinolaringologista)	1440	R\$10,00	R\$14.400,00
Total			R\$217.094,40

2.1 - A(s) instituição(ões) credenciadas para realização do diagnóstico audiológico infantil deverão dispor de equipamentos e profissionais para execução dos procedimentos dispostos na tabela acima.

2.2 - Caso a Comissão Intergestores Bipartite Microrregional de Belo Horizonte/Nova Lima/Caeté opte pelo credenciamento de duas instituições prestadoras de serviço de avaliação diagnóstica infantil, o quantitativo físico e financeiro anual deverá ser dividido entre as instituições e caberá à CIB Microrregional a definição do quantitativo a ser contratado para cada instituição credenciada.

3. PAGAMENTO DOS RECURSOS DE INCENTIVO FINANCEIRO COMPLEMENTAR REFERENTE AOS PROCEDIMENTOS PRODUZIDOS PELO PROGRAMA ESTADUAL DE TRIAGEM AUDITIVA NEONATAL E O RECURSO PARA RESSARCIMENTO DOS PROCEDIMENTOS DE AVALIAÇÃO DIAGNÓSTICA.

3.1. O pagamento será realizado baseado na produção apresentada no Sistema de Informação Ambulatorial (SIA/SUS), seguindo os quadrimestres abaixo:

Quadrimestres	Competências avaliadas	Mês de comando de pagamento
1º quadrimestre	2º quadrimestre do ano anterior	fevereiro
2º quadrimestre	3º quadrimestre do exercício anterior	maio
3º quadrimestre	1º quadrimestre do ano corrente	setembro do ano corrente

3.2. Excepcionalmente, o último quadrimestre de 2021, será pago imediatamente após publicação desta resolução, conjuntamente com a competência ainda em aberto, Agosto de 2021, que ainda seria quitada, conforme fluxo de pagamento mensal anterior, no mês de novembro de 2021.



3.3. O pagamento do primeiro e o 2º quadrimestre do ano de 2022, pagos, respectivamente, nos meses de fevereiro/2022 e maio/2022, serão realizados integralmente, pois, possui sua base de cálculo firmada no segundo (2º) e terceiro (3º) quadrimestres do ano de 2021, que ainda segue o regramento previsto para o período da situação de calamidade em Saúde pública, preconizado na Deliberação 3247/2020.

3.4. O 3º quadrimestre do ano de 2022, pago no mês setembro/2022, será pago conforme produção apresentada no SIA/SUS janeiro a abril de 2022.

3.5. Os recursos financeiros deverão ser repassados no primeiro mês de cada quadrimestre, sendo o último quadrimestre pago na competência setembro, observando-se a produção apresentada no primeiro (1º) quadrimestre do ano corrente, tendo em vista que o registro de produção no SIA/SUS fica em aberto pelo período de 3 meses para ajuste das instituições e secretarias municipais de saúde.

3.6. Devido ao fluxo orçamentário estabelecido, que prevê a abertura do orçamento anual a partir da data de 20/janeiro e a posterior publicação das resoluções de dotação orçamentárias, o 1º quadrimestre de cada exercício será exceção a regra de pagamento em seu primeiro mês, sendo assim realizado no segundo mês, ou, imediatamente a publicação das resoluções de dotação orçamentária.

3.7. É imprescindível o lançamento da produção no SIA/SUS dos procedimentos constantes neste anexo para fins de adequação ao novo fluxo de pagamento.